



COMO DESENVOLVER A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL VISANDO OS ASPECTOS LEGAIS, AS BRINCADEIRAS E A FAMÍLIA DA CRIANÇA

Maria Izabel P. Tonello¹

Úrsula Helena M. Garcia²

Alexandra Vanessa de

Moura Baczinski³

RESUMO

O presente texto é resultado do estudo feito ao longo do programa do PIBID (2021) e por meio dele pretendemos responder as seguintes questões: Com base na BNCC, como se desenvolve o processo de alfabetização na educação infantil? É possível alfabetizar na educação infantil? Como as brincadeiras fazem parte desse processo? Como a família pode contribuir? Contudo, objetivamos abordar assuntos e analisar a importância da brincadeira no processo de ensino e aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação. É possível desenvolver uma alfabetização nesses valores? Sabendo que a criança na educação infantil não é alfabetizada e sim somente aprende a compreender para o que serve a leitura e a escrita. O que deve ser usado para esse trabalho? A alfabetização e o letramento são muito discutidos na área educativa, pois esse processo além de ter enorme significação é também o momento em que a criança entra em um novo mundo, ela aprende a ler e a escrever, um processo contínuo, que se inicia com a compreensão das letras e números na educação infantil e continua no ensino fundamental com a alfabetização e o letramento. A BNCC divide a aprendizagem e o desenvolvimento em seis fatores, conviver, brincar, participar, expressar, explorar e o último, o direito de conhecer-se, além desses seis direitos, temos também os campos de experiência que fazem parte do Referencial Curricular do Paraná que vai ajudar no desenvolvimento da aprendizagem visando os direitos, são eles, O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e

¹Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Izabel_tonello@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, ursulagarcia63@gmail.com;

³ Professor orientador, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão - PR; Coordenadora de área PIBID subprojeto: Pedagogia/Alfabetização; Doutora em Educação alexandra.vanessa@hotmail.com.



movimento; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, em cada campo de experiência, vai ser dividido por faixa etária de idade, Bebês (Zero a 1 ano) crianças bem pequenas (1 ano), crianças bem pequenas (2 anos), crianças bem pequenas (3 anos), crianças bem pequenas (4 anos) e, crianças bem pequenas (5 anos), para cada faixa etária de idade, teremos um objetivo a ser desenvolvido ajudando assim o professor na hora de realizar seu planejamento pedagógico. Ainda sobre os campos de experiências é notável que as atividades trabalhadas pelo docente devem ser de forma mais lúdica, visando o direito da brincadeira e os demais, sendo assim o professor pode aplicar diversas linguagens diferentes nesse processo de aprendizagem que vai começar na educação infantil e continuar no ensino fundamental, onde realmente a criança aprende a ler e a escrever, é extremamente importante que esse processo seja contínuo. Enquanto na educação infantil, a criança conhece o mundo, se conhece, conhece as diferenças presentes nele, as diversas culturas entre outros aspectos que vão ser desenvolvido nessa fase. O uso de músicas, danças, teatros, histórias, desenhos etc., São diferentes tipos de linguagens que irá fazer com que a criança comece a conhecer as letras e saber para o que elas servem, enquanto bebê ela escuta uma história, aos 5 anos aproximadamente ela pode contar uma história, é notável o processo de desenvolvimento em cada etapa de aprendizagem nos campos de experiência da criança. Sabemos que a alfabetização se inicia na primeira infância, a família mesmo que “despreparada” já compartilha a leitura com seus filhos desde que eles nascem em diversas situações cotidianas, gestos e atividades. Pais, mesmo que analfabetos proporcionam a leitura para seus filhos, talvez mais limitada, mas a leitura ainda sim está fortemente presente, visto que a leitura e a alfabetização irão muito além de decifrar palavras. Na escola a criança vai ter um contato mais forte, pois receberá frequentemente estímulos reforçando aqueles que já eram dados pela família e como consequência ela vai revelar a maneira de se expressar no mundo. Durante todo o período escolar, haverá estímulos que irão enriquecer o vocabulário desses alunos. A falta desses estímulos antes e durante os percursos escolares que se dá pela família na primeira infância, vai deixar nítido a desigualdade presente em nosso país. Vivemos em um país extremamente desigual e isso não é novidade. Em pleno século XXI, após anos da criação de uma lei que alega garantir um ensino de qualidade a todos, infelizmente nos deparamos com uma realidade totalmente oposta, e esta então vai ser diretamente refletida no processo de alfabetização. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no Brasil está cerca de 6,6% da população, correspondendo a 11 milhões de pessoas. E um fator de extrema importância considerar que a maior, se, não todas que fazem parte desse grupo fazem parte da parcela da população pobre e que por muitas vezes se submetem o trabalho desde cedo pois precisam sobreviver em um mundo capitalista, sustentando as vezes também, um ciclo vicioso da família. A palavra analfabetismo é algo visto hoje em dia como “caso encerrado”, mas se pararmos para analisar, todos os dias nós presenciamos cenas e situações que impulsionam o aumento dessa problemática. Crianças mais estimuladas desde a primeira infância, vão desenvolver mais rápido e um maior vocabulário, enquanto outras, vão se ver mais limitadas, limitando não somente as palavras, mas também os espaços na sociedade. E visto que o Brasil



enfrenta diversos problemas na área da educação. Uma das propostas das quais podemos citar é a Política Nacional da Alfabetização (PNA). Esse plano vai ressaltar a importância da comunidade escolar no processo de educação, e que somente com a colaboração das famílias e o conjunto vai se tornar possível superar o analfabetismo no Brasil. O Plano que é referência para muitos também foi muito criticado. Gerando diversas discordâncias visto que o mesmo em algumas situações ia contra as propostas a BNCC, já que o PNA vai tratar de uma alfabetização mais mecânica enquanto a BNCC vai considerar as práticas sociais. Por fim, ao analisar o contexto do texto, conseguimos observar que é possível desenvolver uma alfabetização na educação infantil respeitando e enfatizando os direitos das crianças que estão previstos na BNCC, e que as brincadeiras, a família deve fazer parte deste processo, para melhor desenvolvimento da criança. Dessa maneira se torna possível compreender o processo de desenvolvimento que a criança vai passar, com a ajuda dos pais, das brincadeiras a longo prazo podemos transformar, e tornar o mundo um lugar mais acessível com uma educação de qualidade a todas as crianças, não deixando que elas pulem as etapas de aprendizagem, pois é contínua e deve ser respeitadas e desenvolvidas no tempo de cada criança.

Palavras-chave: Alfabetização, BNCC, Brincadeiras, Família, Educação infantil.

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado do estudo feito ao longo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de 2021 e por meio dele pretendemos responder as seguintes questões: Com base na BNCC, é possível desenvolver a alfabetização na educação infantil? É possível alfabetizar na educação infantil? Como as brincadeiras fazem parte desse processo? Como a família pode contribuir? Contudo, objetivamos abordar assuntos e analisar a importância da brincadeira no processo de ensino e aprendizagem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que dispõe o Plano Nacional de Educação.

É possível desenvolver uma alfabetização nesses valores? Ao analisar os documentos que temos, que são norteadores neste processo, vamos conseguir até o final do texto respostas às questões. A alfabetização e o letramento são assuntos discutidos na área educativa, pois esse



processo além de ter enorme significação é também o momento em que a criança entra em um novo mundo, ela aprende a ler e a escrever, um processo contínuo, que se inicia com a compreensão das letras e números na educação infantil e continua no ensino fundamental com a alfabetização e o letramento.

Segundo o Art.9º DCNEIs do Referencial Curricular Do Paraná (2018), as práticas pedagógicas que compõe a proposta curricular da educação básica infantil devem ter como eixo norteador as interações e brincadeiras, garantindo as experiências, que promove o conhecimento do mundo e de si mesmo por meio de diversas formas de expressão. Na educação infantil, a criança desde bem pequena deve conhecer o mundo no qual está inserida, com a ajuda dos documentos, do docente esse trabalho será feito e executado com êxito. Mas o que deve ser usado para esse trabalho?

A BNCC divide a aprendizagem e o desenvolvimento em seis fatores. O primeiro deles é o conviver que tem como objetivo fazer com a criança conviva com crianças e adultos, conheça as diferentes realidades presentes no mundo. O primeiro contato da criança é com a família, e o segunda é com a escola, nela a criança terá contato com outras pessoas fora do seu vínculo familiar. Brincar é o segundo, ele visa a interação, desenvolvimento da criança por meio da brincadeira. Quando uma criança brinca ela expressa seus sentimentos e suas vontades, além de ser um dos seus direitos que está assegurado na BNCC. Participar é o terceiro direito que visa incluir a criança ativamente em atividades da escola, brincadeiras com adultos e outras crianças. Expressar é o quarto direito, por meio dele a criança mostra suas emoções, questiona, cria, dialoga por meio de diferentes linguagens, assim a criança consegue se expressar diante da sociedade. Explorar é quinto direito da criança, que diz respeito sobre as diferentes formas e texturas de objetos que a criança pode explorar e conhecer. Para ela aprender algo novo é necessário que ela faça a manipulação de objetos de diferentes texturas, conhecendo-as. O último, o direito de conhecer-se, a criança deve conhecer a si mesmo para melhor convivência e aprendizagem.

Além desses seis direitos, temos também os campos de experiência que fazem parte do Referencial Curricular do Paraná (2018) que vai ajudar no desenvolvimento da aprendizagem visando os direitos das crianças. São eles: o eu, o outro e o nós. É na interação com os pares, com os adultos que as crianças vão construindo um modo próprio de agir, sentir, pensar e assim descobrindo as várias outras formas de vida que existe, mas é claro que se deve criar oportunidades para que as crianças conheçam as diferentes culturas presente no nosso mundo.



O segundo direito envolve corpo, gestos e movimento, é por meio dos sentidos, dos movimentos, impulsivos, espontâneos, intencionais ou até mesmo coordenados que as crianças exploram o mundo. Por esse processo como as brincadeiras, linguagens, dança, entre outras, a criança aprende a se comunicar, se expressar, conhecer seu corpo, o que ele pode fazer, a ser autônoma e realizar movimentos sozinhas.

Outro direito envolve traços, sons, cores e formas; conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas. E por meio das experiências diversificadas vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como artes visuais. A criança cria sua própria linguagem com as próprias produções artísticas.

No caso da escuta, fala, pensamento e imaginação na educação infantil é importante promover experiências, nas quais as crianças devem ouvir, falar, potencializar sua participação na cultura oral, na escuta de histórias, participação em conversas, nas múltiplas linguagens que a criança se constrói e permanece no grupo social.

Ainda em relação aos direitos temos espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, ou seja, dar oportunidades para que a criança conheça o mundo pela qual está inserida, oportunidades a novas experiências, como por exemplo a de ter contato com animais, com a natureza. Esse campo de experiência também trata a respeito da matemática, oferecendo a oportunidade de conhecer o mundo e a possibilidade de contagem.

Cada campo de experiência, vai ser dividido por faixa etária de idade, bebês (zero a 1 ano) crianças bem pequenas (1 ano), crianças bem pequenas (2 anos), crianças bem pequenas (3 anos), crianças bem pequenas (4 anos) e, crianças bem pequenas (5 anos). Para cada faixa etária de idade, teremos um objetivo a ser desenvolvido ajudando assim o professor na hora de realizar seu planejamento pedagógico.

Ainda sobre os campos de experiências é notável que as atividades trabalhadas pelo docente devem levar em conta o lúdico. O uso de músicas, danças, teatros, histórias, desenhos etc. São diferentes tipos de linguagens que irão fazer com que a criança comece a conhecer as letras e saber para o que elas servem, enquanto bebê ela escuta uma história, aos 5 anos, aproximadamente, ela pode contar uma história. É notável o processo de desenvolvimento em cada etapa de aprendizagem nos campos de experiência da criança. Sendo assim o professor pode aplicar diversas linguagens nesse processo de aprendizagem, fazendo com que a criança conheça as diferentes culturas presentes em nosso país, as diferentes texturas, objetos e formas, conhecer de fato o mundo. Depois da família a escola é o segundo contato que a criança tem com o mundo e nela que começa todo o processo de ensino que foi mencionado.



A alfabetização, vai ocorrer de fato no ensino fundamental. Não se recomenda alfabetizar uma criança na educação infantil. Além de mostrar esse novo mundo à criança na educação infantil, ela aprende a compreender para o que serve as letras e números e não a ler e escrevê-los. Por isso é extremamente importante que o docente com efetividade dê continuidade neste processo de aprendizagem, que é contínuo e se dará por toda sua vida. Na educação infantil, a criança conhece o mundo, se conhece, conhece as diferenças presentes nele, as diversas culturas entre outros aspectos que vão ser desenvolvido nessa fase.

Sabemos que o processo de alfabetização se inicia na primeira infância. A família mesmo que “despretensiosamente” já compartilha a leitura com seus filhos desde que eles nascem e em diversas situações cotidianas, gestos e atividades. Pais, mesmo que analfabetos, proporcionam a leitura para seus filhos, talvez mais limitada, mas a leitura ainda sim está fortemente presente, visto que a leitura e a alfabetização irão muito além de decifrar palavras. Na escola a criança vai ter um contato mais forte, pois receberá frequentemente estímulos reforçando aqueles que já eram dados pela família e como consequência ela vai revelar a maneira de se expressar no mundo. Durante todo o período escolar, haverá estímulos que irão enriquecer o vocabulário desses alunos. A falta desses estímulos antes e durante os percursos escolares que se dá na família na primeira infância, vai deixar nítido a desigualdade presente em nosso país. Vivemos em um país extremamente desigual e isso não é novidade. Em pleno século XXI, após anos da criação de uma lei que alega garantir um ensino de qualidade a todos, infelizmente nos deparamos com uma realidade totalmente oposta. Esta então, vai ser diretamente refletida no processo de alfabetização.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no Brasil está em torno de 6,6% da população, correspondendo a 11 milhões de pessoas. E um fator de extrema importância considerar que a maior parte da parcela da população atingida pelo analfabetismo é pobre e que por muitas vezes se submetem o trabalho desde cedo, pois precisam sobreviver em um mundo capitalista, reproduzindo assim um ciclo vicioso da família sem acesso à escola.

A palavra analfabetismo é algo visto hoje em dia como “caso encerrado”, mas se pararmos para analisar, todos os dias nós presenciamos cenas e situações que impulsionam o aumento dessa problemática. Crianças mais estimuladas desde a primeira infância, vão desenvolver mais rápido um maior vocabulário, enquanto outras, vão se ver mais limitadas, limitando não somente as palavras, mas também os espaços na sociedade. E visto que o Brasil enfrenta diversos problemas na área da educação. Uma das propostas das quais podemos citar é a Política Nacional da Alfabetização (PNA).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Recentemente oficializado no dia 11 de abril, o decreto nº 9.765 de 2019, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), surge como uma estratégia da educação. A política tem o objetivo de melhorar nossos indicadores educacionais e combater um dos piores inimigos da cidadania que é o analfabetismo. A política do PNA leva em consideração evidências científicas que garantem trazer a solução para o analfabetismo. Possibilita as crianças aprenderem a ler e escrever e sucessivamente a compreender e interpretar textos, espelhando-se em demais países que já agem sob uma política semelhante e tem reflexos positivos e bem-sucedidos.

A PNA estabelece diretrizes para todas as redes do país baseada no regime de colaboração entre estados e municípios e União, prevendo assistência financeira para a execução dos programas e ações que vão promover a alfabetização. Esse plano vai ressaltar, entre suas diretrizes, a importância da comunidade escolar no processo de educação e que somente com a colaboração das famílias em conjunto, vai se tornar possível superar o analfabetismo no Brasil.

Esse plano traz grandes desafios para os professores encarregados, pois ser um professor alfabetizador exige um domínio para trabalhar com as crianças da forma adequada e para possibilitar a essa criança um desenvolvimento cognitivo que vai então estar impulsionando o processo de alfabetização. Nessa perspectiva é preciso enfatizar a necessidade de investimento e assistência do governo para auxiliar professores e gestores das redes públicas de ensino nesse processo.

Não podemos esquecer que o PNA surge dentro do contexto também de uma BNCC que traz um conceito de educação integral. O Plano que é referência também foi muito criticado por grandes educadores da área da alfabetização como a Maria Do Rosário L. Mortatti gerando diversas discordâncias, visto que o mesmo em algumas situações ia contra as propostas da BNCC. O PNA traz a ideia de uma alfabetização mais mecânica enquanto a BNCC vai considerar as práticas sociais.

Ao analisar os documentos norteadores para essa pesquisa, notamos que é possível desenvolver uma alfabetização na educação infantil respeitando e enfatizando os direitos das crianças que estão previstos na BNCC e que as brincadeiras, a família deve fazer parte deste processo, para melhor desenvolvimento da criança, como o PNA coloca em suas diretrizes. Mas, devemos ressaltar a importância da comunicação nesse processo, visto que não estamos começando do zero, pois a criança já tem um longo aprendizado de experiências anteriores, erros e acertos já notáveis sob as tentativas de alfabetizar. Deve-se utilizar do PNA como uma



ferramenta somada com o diálogo entre os educadores. São muitos os desafios de implementação da alfabetização que devem ser ressaltados. Atualmente temos um decreto que nos dá diretrizes ainda muito gerais e que trazem muitos desafios quando se trata de pô-las em prática. Quando olhamos para trás, vemos claramente que há uma falta de continuidade das políticas, o que nos remete a “Modernidade Líquida” vivida no século XXI e que de acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman vai tratar justamente da falta de solidez das relações sociais, políticas e econômicas. E visto que ainda há entraves para garantir a solidificação de políticas que visem a alfabetização e, mais do que isso, a persistência e luta sob o processo.

Nessa perspectiva, sugere-se que a política tenha na sua essência o diálogo e o debate sobre as políticas anteriores e o compartilhamento de suas experiências, além de uma boa gestão que garanta e torne possível esse espaço e a continuidade dessa mesma e a prática de colaboração. Além disso, vale também lembrar que o regime de colaboração deve ser de um todo, não deve cair total responsabilidade apenas aos municípios exaltando o estado mínimo no qual enfrentamos, mas sim com uma educação de qualidade e com colaboração de todos as esferas de governo. Uma vez que a educação é o fator principal de uma nação e na formação de cidadãos não somente alfabetizados, mas conscientes. Dessa maneira torna-se possível superar um dos maiores problemas educacionais enfrentados na atualidade, o analfabetismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ao analisar o contexto concluímos que é nítido que o processo de alfabetização da criança se inicia de fato no ensino fundamental, mas que na educação infantil ela passará pelo processo de conhecer o mundo, a si mesma, a diversas culturas, realidades presente em nosso mundo, e para que esse processo seja contínuo, e se dê com eficiência essa alfabetização no ensino fundamental, além da escola, a criança terá a necessidade que a família sempre a estimule, com leituras, brincadeira, afim de colaborar para esse processo. Sabemos que é difícil conseguir fazer com que todas as crianças tenham esse estímulo em casa, pois a realidade social de cada criança é diferente, mas a escola, juntamente com o governo federal pode auxiliar por meio de políticas públicas de incentivo, aos pais, responsáveis para que realizem algum tipo de estímulo em casa como a leitura, bem a realização de doações de kits de livros para as crianças, para a realização deste processo, o PNA como citado anteriormente traz algumas sugestões como estás, mas não diz como deve ser feito, não leva em consideração a diversidade social em nosso país, as desigualdades e diversos outros fatores que impulsionam esse processo.



REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular- BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 26 set. 2021

BRASIL. MEC. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível: < <https://alfabetizacao.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2021

IBGE – instituto brasileiro de geografia e estatística. Censo Brasileiro de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-obrasil/populacao/18317-educacao.html>> Acesso em: 20 Out. 2021

MORTATTI, Maria Do Rosario Longo. Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. **Olhares**, Guarulhos, v.7, n.3, nov., 2019. p.01-35

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular do Paraná**: princípios, direitos e orientações. Curitiba, PR: SEED/PR, 2018. Disponível: <<http://www.referencialcurricularoparana.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2020

WESTRUP Beatriz Ferrari, CAMARGO Gislene. A alfabetização na educação infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pela BNCC. **Saberes pedagógicos**, Criciúma, v. 5, nº2, p.01-18 maio/agosto 2021.